



CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 16/2026.

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 18/05/2026

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL HORTA METROGOS

VEREADORES: ANTONIO JOAQUIM VINAGRE PADEIRINHA

LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE

RUTE ISABEL VINAGRE BELGA

RUI MIGUEL DA SILVA MOISÉS, EM SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR RUI MIGUEL CANDEIAS CARDOSO

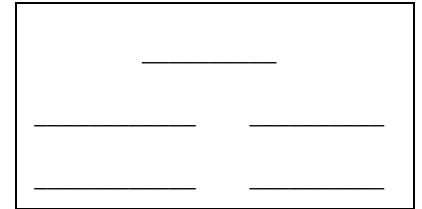
HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 17:15 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:	FALTAS INJUSTIFICADAS
-----------------------------	------------------------------

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

CAIXA	4.921,35€
FUNDOS DE MANEIO	4.552,00,00€
FUNDO DE MANEIO 1 – JOANA DE CARVALHO GALVÃO	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 2 – JOAO PEDRO VALERIO PARRA MARTINHO ANTUNES	52,00€
FUNDO DE MANEIO 3 – JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS	500,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – FÁBIO JOSÉ BRANCO PEREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	500,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.043.066,55€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	145.551,13.€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	4.442,86€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	8.453,11€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	309,70€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	600,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	3.330,46 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950	3.612,00€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.024,11€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950	674,24€
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	277.961,62€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	242.155,15€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	293.608,03€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.007,65 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	7.716,26 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.244.348,21€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.099.178,49€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	145.169,72€

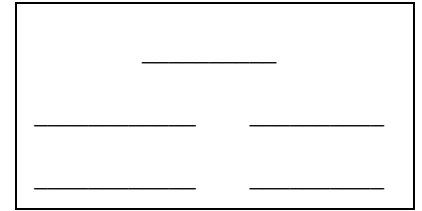


O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, estando presentes todos os membros do órgão, tendo o Senhor Vereador Rui Cardoso sido substituído pelo Senhor Vereador Rui Moisés. Começou por cumprimentar as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião e também quem iria a acompanhar a reunião através das redes sociais. -----

A reunião foi gravada, podendo os interessados ter acesso à transmissão da mesma no site do Município de Viana do Alentejo (Município/Câmara Municipal/Gravações Reunião de Câmara – ONLINE) ou no youtube do Município em <https://www.youtube.com/watch?v=hMtcB2wWso4> . -----

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião: -----

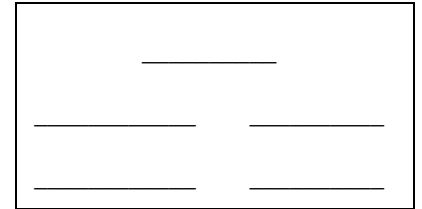
- 1.Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
2. Proposta de aprovação da Ata relativa à reunião ordinária de 24 de setembro de 2025; -----
3. Proposta de aprovação da Ata relativa à reunião ordinária de 29 de dezembro de 2025; -----
- 4.Proposta de aprovação da Ata relativa à reunião ordinária de 20 de abril de 2026; -----
5. Informação Escrita sobre a Atividade da Câmara; -----
6. Proposta de aprovação da 9ª alteração orçamental, que integra a 8ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 6ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos e a 4ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----
7. Proposta de celebração de protocolo de parceria com a ABAE, no âmbito do programa eco–escolas – ano letivo 2025/2026; -----
8. Proposta de Assunção de Encargos – Aquisição de Cadernos de Atividades para Oferta aos Alunos do Ensino Básico e Secundário – Ano Letivo 2026/2027; -----
9. Proposta de apoio, no âmbito da Oficina Domiciliária, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, a um munícipe da freguesia de Aguiar; -----
- 10.Proposta de apoio, no âmbito da Oficina Domiciliária, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, a um munícipe da freguesia de Alcáçovas;
- 11.Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Viana do Alentejo; -----
- 12.Proposta de emissão de licença especial de ruído, em nome da Associação dos Amigos Aguiarenses, para o evento “Encontro de Marchas Populares”, -----
- 13.Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente que autorizou a emissão de Licença para instalação do “Mirene Cardinali Circus”, entre os dias 5 e 12 de maio de 2026, em Viana do Alentejo; -----
- 14.Proposta de transferência de verba para a Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado - Programa de Voluntariado Jovem em Cabo Verde; -----
- 15.Proposta de transferência de verba para o Grupo Motard “Os Xananas” - XI Rota dos Licores; -----



- 16.Proposta de transferência de verba para a Sociedade União Alcaçovense – Aquisição de fardamento para a Banda Filarmónica; -----
- 17.Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Feminino Cantares de Alcáçovas – Comemoração do 25º Aniversário; -----
- 18.Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense em virtude da realização do XIX Encontro de Grupos Corais promovido pelo Grupo Coral Feminino Paz e Unidade; -----
- 19.Proposta de transferência de verba para a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis- Pagamento de quota referente ao ano de 2026; -----
- 20.Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 6, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Aguiar; -----
- 21.Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 14, referente à Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----
- 22.Proposta de aprovação do 2º pedido de prorrogação da Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----
- 23.Proposta de aprovação de trabalhos complementares, referente à Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----
- 24.Proposta de aprovação da minuta da adenda nº 1 ao Contrato de Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo, relativa a trabalhos complementares; -----
- 25.Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para Ocupação de um Posto de Trabalho de Técnico Superior (Engenharia Civil); -----
- 26.Proposta de autorização de mobilidade interna na categoria da Técnica Superior (Organização e Gestão de Empresas) Vanda Cristina dos Santos Caeiro Viriato para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do a Alentejo, I.P.; -----
- 27.Proposta de Constituição das Comissões de Vistorias e de Auditorias Municipais; -----
- 28.Proposta de apreciação e aprovação do Relatório do Direito de Oposição – Ano de 2025; -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia. ---

Começou por informar que a Estrada Nacional 2, na ligação junto a Alcáçovas, se encontra novamente aberta ao trânsito, após a reparação da passagem hidráulica, encontrando-se a circulação a decorrer com normalidade. Esclareceu que, segundo informação prestada pela Infraestruturas de Portugal (IP), entidade responsável pela estrada e pela intervenção realizada, foi aplicado provisoriamente um piso em betão, destinado a permitir a compactação dos terrenos intervencionados, prevendo-se que este permaneça no

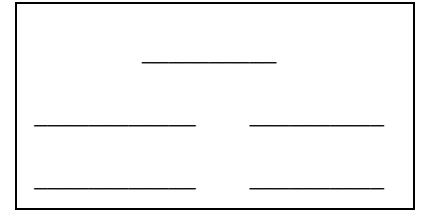


local entre três semanas e um mês e meio, dependendo do comportamento e abatimento dos terrenos. Após esse período, será aplicada a camada definitiva de betuminoso. -----

Relativamente às roturas verificadas no concelho, informou que ocorreu uma rotura de dimensão considerável no Bairro do Gazeia, em Alcáçovas, a qual já se encontra resolvida. Referiu ainda a ocorrência de outra rotura de menor dimensão, na Rua João Chagas, em Viana do Alentejo, cuja reparação foi igualmente concluída no próprio dia. Acrescentou existir ainda uma situação mais preocupante na Azinhaga da Barca, junto ao estaleiro municipal, tratando-se neste caso de uma rotura na rede de esgotos, na ligação à ETAR. Informou que já foi necessário proceder ao aluguer de maquinaria específica para a intervenção, prevendo-se a continuação dos trabalhos nos próximos dias seguintes. -----

O Senhor Presidente abordou ainda a questão da recente avaria ocorrida numa locomotiva da CP na linha ferroviária que liga Casa Branca a Beja, manifestando preocupação relativamente ao estado daquela infraestrutura ferroviária. Informou que o Município já havia solicitado, em 14 de abril, esclarecimentos sobre o calendário previsto para a eletrificação e modernização daquele troço ferroviário, preocupação que se prende igualmente com futuras intervenções previstas na estrada de ligação à estação de Alcáçovas. Explicou que o Município pretende avançar com a requalificação daquele troço rodoviário, mas que essa intervenção poderá ser condicionada pelas futuras obras ferroviárias, uma vez que a nova linha implicará alterações e intervenções também na estrada adjacente. Referiu que de acordo com a informação recebida, aguarda-se a publicação da portaria de extensão de encargos, prevendo-se que tal aconteça até ao final do primeiro semestre de 2026, encontrando-se já aprovados os projetos de execução relativos às empreitadas dos troços Casa Branca–Vila Nova da Baronia, Vila Nova da Baronia–Cuba e Cuba–Beja. -----

Informou ainda que o início das intervenções está previsto para o terceiro trimestre de 2027, apontando-se a conclusão global da obra apenas para o ano de 2031. Considerou que esta situação condiciona quer a melhoria do serviço ferroviário, quer os investimentos municipais previstos para a rede viária envolvente. Por último, o Senhor Presidente fez um balanço positivo da realização do FICO, referindo que o evento decorreu sem incidentes e com dignidade, apesar das condicionantes existentes. Agradeceu a participação dos expositores, dinamizadores e responsáveis pelos workshops, designadamente Lúcia Manilhas, Francisco, Manuel Rafael, Gabriel Lagarto, Bruno Ferraz, Helena Garcia, Boniqueira e Alexandre da Casa do Barro. Endereçou igualmente agradecimentos aos artistas presentes no certame, nomeadamente António Labaredas, Moda em Moda, Filipe Máximo e Edmundo Inácio. Dirigiu ainda um agradecimento especial aos oleiros da Olaria Mira Agostinho, ao Oleiro Feleciano Agostinho Pai, ao Oleiro Feliciano Agostinho Filho e à sua esposa Rosa, reconhecendo o seu papel fundamental na preservação e continuidade da olaria tradicional de Viana do Alentejo. Concluiu deixando um agradecimento aos funcionários do Município envolvidos na preparação e realização do evento, salientando o empenho e dedicação demonstrados antes, durante e após a iniciativa. -----



A Senhora Vereadora Ana Milhano informou que foi recentemente regularizada a composição do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas. Explicou que nos últimos anos se tinham verificado dificuldades na constituição do órgão, nomeadamente devido à reduzida disponibilidade de professores para integrarem o mesmo. Referiu que, no presente ano, foi possível constituir listas de professores e alunos, tendo sido realizadas eleições, encontrando-se atualmente o Conselho Geral devidamente regularizado e constituído pelos 21 conselheiros previstos. -----

Relativamente às pausas letivas, informou que se encontram já em preparação as atividades de verão, mantendo-se as Oficinas de Verão destinadas às crianças dos 3 aos 6 anos, bem como o Programa “Summer”. Acrescentou que, no presente ano, o programa será prolongado até à última semana de agosto, abrangendo assim todo o mês. -----

Informou ainda que os serviços municipais se encontram a trabalhar no sentido de modernizar o sistema de pagamentos das pausas letivas, esperando que esse novo modelo possa já ser implementado durante a pausa letiva de verão. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte cumprimentou o Senhor Presidente, as Senhoras Vereadoras, o Senhor Vereador, os técnicos do Município que prestavam apoio à reunião, bem como todos os que acompanhavam a sessão presencialmente e a iriam acompanhar através das redes sociais. Começou por colocar uma questão relativa ao Posto de Turismo de Viana do Alentejo, referindo ter recebido informação de que existiam novas pessoas a desempenhar funções naquele serviço. Nesse sentido, questionou qual a relação contratual existente com esses trabalhadores, designadamente se se tratavam de contratos de avença, contratos de tarefa ou outro vínculo, perguntando igualmente se os mesmos dispunham de seguro, direito a férias ou se se encontravam em situação de precariedade laboral.

De seguida, referiu ter estado presente no FICO –Festival de Ilustração e Criatividade em Olaria, onde conversou com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, tendo sido informado de que aquela Junta não possuía ainda conhecimento do programa da Festa da Primavera. Referiu que, apesar de já ter verificado algumas alterações de verba na alteração orçamental, relacionadas com o evento, pretendia perceber qual a razão pela qual a Junta de Freguesia ainda não tinha sido informada, caso se mantivesse parceira da iniciativa. -----

Acrescentou que no anterior mandato, o Partido Socialista pressionava frequentemente o Executivo, com antecedência de cerca de dois meses, relativamente aos programas, cartazes e preparação das iniciativas, considerando estranho que até ao momento, ainda não tivesse sido apresentada qualquer informação pública relativa à Festa da Primavera. Questionou igualmente se a Junta de Freguesia e as associações de Aguiar estavam a ter alguma participação ou colaboração na preparação do evento. -----

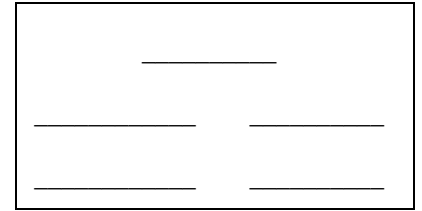
Relativamente ao FICO, referiu não pretender pronunciar-se sobre o número de visitantes, por considerar que a afluência depende sobretudo da vontade das pessoas em participar e não diretamente dos

executivos municipais. Contudo, lamentou o facto de ter sido eliminado o espetáculo realizado no Castelo, integrado no “Alentejo Encantado”, considerando-o um dos pontos altos habituais desse fim de semana. - Este Vereador lamentou ainda aquilo que classificou como uma falha grave do Senhor Presidente da Câmara, por não ter cumprimentado a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar na abertura do evento, referindo que a mesma se encontrava sentada na fila da frente, ao lado da Secretária da Junta, que foi cumprimentada. -----

Manifestou também a sua estupefação relativamente aos discursos proferidos pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Viana. Referiu que a Senhora Presidente da Junta nunca se pronunciou publicamente quando o Executivo propôs não realizar a edição do FICO, tendo, contudo, efetuado no evento um discurso extenso, no qual mencionou a ligação da iniciativa ao nome de um anterior Presidente da Câmara eleito pelo Partido Socialista, situação que considerou desadequada, por entender que o festival foi criado durante o anterior mandato da CDU. Acrescentou ainda que o discurso do Senhor Presidente da Câmara demonstrou uma forte defesa da olaria e cerâmica do concelho, considerando contraditório esse posicionamento, uma vez que, segundo afirmou, o Executivo não pretendia inicialmente realizar a edição do FICO, tendo esta avançado apenas por insistência da oposição. Referiu igualmente que, tanto o Senhor Presidente como a Senhora Presidente da Junta de Viana mencionaram os novos oleiros formados através de uma ação promovida pelo IEFP durante o mandato do Partido Socialista. Disse constatar, contudo, que, após essa formação, os mesmos ficaram abandonados, tendo sido o anterior Executivo da CDU a reunir novamente o grupo, a disponibilizar um espaço e a dinamizar a atividade, permitindo que os oleiros regressassem ao trabalho e à participação nas iniciativas ligadas à olaria. -----

Por último, abordou a situação do concurso para assistentes operacionais na área da Educação, cujo prazo de validade da reserva de recrutamento, segundo referiu, terminaria no início do mês de julho. Explicou que foi contactado por munícipes que acompanham as reuniões de Câmara, os quais questionaram a razão de apenas terem sido chamados três candidatos, existindo ainda mais pessoas na lista do concurso e havendo possibilidade legal de proceder a mais admissões antes do termo da validade da reserva deste concurso. -----

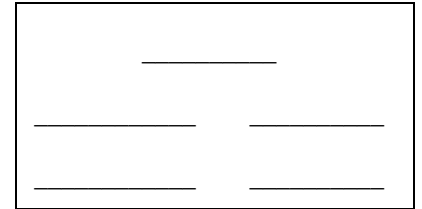
Referiu que lhe foi transmitida a preocupação de que algumas pessoas pudessem estar a ser preteridas, questionando se já não existia necessidade daqueles trabalhadores, apesar de anteriormente ter sido reconhecida essa carência. Acrescentou que, caso as necessidades se mantivessem no futuro, o Município poderia vir a necessitar de abrir novo concurso, com o consequente aumento de trabalho administrativo e demora no recrutamento de novos trabalhadores, solicitando, por isso, esclarecimentos ao Senhor Presidente sobre esta decisão. -----



O Senhor Presidente da Câmara começou por responder à questão colocada relativamente à relação contratual com a pessoa do Posto de Turismo, esclarecendo que existe atualmente uma avença devidamente adjudicada à pessoa em causa, encontrando-se toda a documentação disponível para consulta. Referiu que existem atualmente duas pessoas afetas ao serviço, sendo uma colaboradora que já desempenhava funções anteriormente e outra colocada recentemente, justificando essa opção com a necessidade de reforçar o apoio na área do turismo, caso se pretenda manter abertos quer o Posto de Turismo, quer o Núcleo Museológico. Acrescentou que o número de trabalhadores afetos ao serviço se mantém exatamente igual ao existente no anterior Executivo, não tendo havido aumento do número de pessoas. Explicou ainda que a alteração efetuada teve como fundamento a necessidade de garantir recursos humanos com formação adequada na área do turismo, salientando que anteriormente existiam colaboradores sem formação específica nessas áreas, nomeadamente uma trabalhadora afeta à limpeza e outra pessoa contratada em regime de avença. Informou que atualmente existe uma colaboradora com formação adequada na área do turismo e que a mesma assegurará igualmente apoio em outros espaços municipais, designadamente no Paço dos Henriques, permitindo dar resposta a períodos de férias e fins de semana, numa lógica de polivalência funcional. -----

Aproveitou ainda para responder à questão relativa ao concurso de assistentes operacionais para a Educação, recordando que o assunto já havia sido discutido e aprovado em reunião de Câmara. Referiu que o Executivo apresentou anteriormente um plano de contenção de custos, no qual ficou definida a necessidade de reduzir e fasear algumas contratações inicialmente previstas. Esclareceu que várias admissões previstas foram adiadas, precisamente para permitir a redução da despesa municipal, acrescentando que na sequência das intempéries e de outras necessidades financeiras surgidas entretanto, o Executivo teve de proceder a ajustamentos adicionais, inclusivé ao nível da contratação de pessoal. Referiu, por isso, que o Município não dispõe atualmente de verba suficiente para admitir mais trabalhadores além daqueles que já foram aprovados, tendo sido definidas prioridades concretas, nomeadamente três assistentes operacionais para a escola e dois trabalhadores para o estaleiro municipal. O Senhor Presidente solicitou ainda ao Senhor Vereador Luís Duarte que também desempenhasse junto da população um papel esclarecedor relativamente a estas matérias, sublinhando que a situação já havia sido devidamente explicada em reunião de Câmara. -----

Relativamente ao FICO e à eliminação do espetáculo realizado no Castelo, integrado no “Alentejo Encantado”, o Senhor Presidente esclareceu que o referido espetáculo representava um custo de cerca de cento e noventa mil euros para a AMCAL. Acrescentou que, embora a despesa fosse assumida formalmente pela Associação Intermunicipal, os custos eram suportados pelos municípios associados, incluindo o Município de Viana do Alentejo. Referiu que o Executivo teve de tomar opções e definir prioridades financeiras, entendendo que aquele encargo representava uma despesa demasiado elevada para os cofres



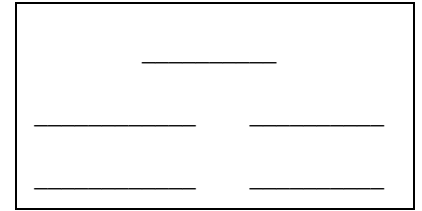
municipais, apesar de reconhecer a qualidade e beleza do espetáculo. No que respeita às referências feitas em reunião relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, o Senhor Presidente considerou não ser aquele o espaço adequado para esse tipo de apreciações, sobretudo por a mesma não se encontrar presente para exercer o contraditório, entendendo que tal situação lhe parecia pouco ética. Acrescentou ainda que, independentemente das posições anteriormente assumidas, a Câmara Municipal decidiu realizar o evento e, uma vez tomada essa decisão em sede democrática, o Executivo tinha naturalmente o dever de executar e dignificar a iniciativa. Sublinhou igualmente que o facto de ter sido ponderada a suspensão do evento durante um ano não significava qualquer desvalorização da olaria e da cerâmica de Viana do Alentejo, matérias que considerou importantes para o concelho, esclarecendo que a discussão sempre incidiu apenas sobre prioridades financeiras e orçamentais. -----

Por último, referiu que o FICO, embora concretizado pelo anterior Executivo, já se encontrava anteriormente pensado e estruturado, afirmando possuir documentação comprovativa desse facto. Nesse sentido, assumiu o compromisso de apresentar esses elementos numa próxima reunião de Câmara. -----

A Senhora Vereadora Ana Milhano esclareceu, relativamente à alegada falta de conhecimento da Junta de Freguesia de Aguiar sobre a Festa da Primavera, que foi realizada uma reunião preparatória nos moldes habituais, na qual estiveram presentes representantes da Junta de Freguesia de Aguiar, nomeadamente a Senhora Presidente e a Senhora Secretária, bem como as associações locais envolvidas. Referiu que durante essa reunião, todos os participantes tiveram oportunidade de apresentar contributos e sugestões para a organização do evento. Acrescentou que relativamente à programação dos concertos, alguns intervenientes optaram por não apresentar propostas ou opiniões, justificando essa posição com o facto de nem sempre as suas sugestões terem sido acolhidas. -----

A Senhora Vereadora informou ainda que todo o processo de preparação da Festa da Primavera tem sido desenvolvido em articulação com as associações e com a Junta de Freguesia, tendo o programa sido construído com os contributos recolhidos junto das entidades envolvidas. Acrescentou que a divulgação pública do programa estava prevista para os dias seguintes, referindo que a sua publicação ocorreria ainda durante esta semana. Concluiu reafirmando que a Junta de Freguesia tem estado envolvida no processo de organização do evento e que existe um canal permanente de comunicação e articulação entre as partes, manifestando total disponibilidade para aprofundar essa colaboração caso a Senhora Presidente da Junta entenda que poderá ou deverá ter um maior nível de envolvimento. -----

O Senhor Presidente prestou um esclarecimento relativamente à referência feita pelo Senhor Vereador Luís Duarte sobre a não menção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, Rosinda Gaio, durante a sessão de abertura do FICO. Informou que já lhe havia apresentado desculpas pessoalmente por duas ocasiões, explicando que os serviços municipais tinham confirmado a presença da Tesoureira da Junta



de Freguesia, sendo esse o nome que constava da informação de apoio. Referiu que, devido ao elevado número de pessoas presentes, não se apercebeu da presença da Senhora Presidente da Junta, lamentando o sucedido. Sublinhou que nunca houve qualquer intenção de omitir ou desconsiderar a Junta de Freguesia de Aguiar, tendo mencionado a Tesoureira apenas por acreditar que a Presidente não estaria presente. Reiterou, por isso, que a situação resultou de um lapso involuntário, já devidamente esclarecido e pelo qual apresentou as respetivas desculpas. -----

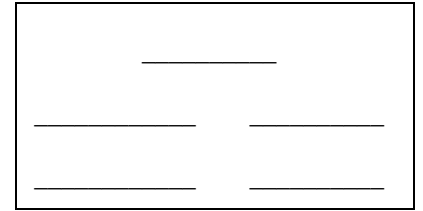
O Senhor Vereador Luís Duarte esclareceu que a sua intervenção relativamente aos colaboradores afetos ao Castelo e ao Posto de Turismo teve apenas como objetivo conhecer a respetiva relação contratual, não significando qualquer discordância quanto à solução adotada. Referiu, inclusivamente, considerar necessário o reforço na área do turismo. Relativamente ao Núcleo Museológico, manifestou discordância quanto à argumentação apresentada pelo Senhor Presidente, observando que, embora anteriormente os espaços fossem assegurados por pessoas sem formação específica na área, os mesmos se encontravam abertos ao público, ao passo que atualmente se encontram encerrados. Questionou, por isso, qual das situações será mais prejudicial para os visitantes. -----

Quanto à questão dos assistentes operacionais, afirmou compreender a explicação apresentada, acrescentando que transmite os esclarecimentos que entende adequados às pessoas que o abordam, mas que estas pretendem igualmente ouvir os esclarecimentos diretamente do Senhor Presidente e do Executivo. -----

Relativamente ao espetáculo "Alentejo Encantado", observou que o valor referido de 190 mil euros correspondia a um encargo repartido pelos cinco municípios integrantes da associação, e não exclusivamente para o Município de Viana do Alentejo. Questionou ainda qual o destino a dar às verbas que deixariam de ser aplicadas nessa vertente cultural. -----

Sobre a referência efetuada ao discurso da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, afirmou não ter proferido qualquer consideração ofensiva, limitando-se a expressar uma opinião sobre a intervenção realizada. Acrescentou que a reunião de Câmara é o espaço próprio para apresentar esse tipo de observações, uma vez que, enquanto vereador, não dispõe da possibilidade de intervir na Assembleia Municipal nos termos do respetivo regimento. -----

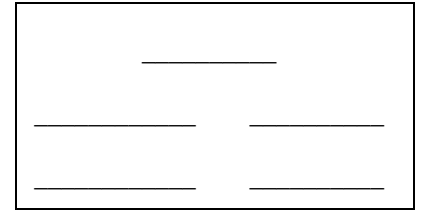
Por fim, referiu que, embora o Senhor Presidente nunca tenha afirmado ser contrário à olaria e à cerâmica, considera que algumas decisões políticas tomadas pelo atual Executivo demonstram uma menor valorização desta área, apontando como exemplo a não concretização do projeto do Centro Interpretativo de Olaria e Cerâmica, para o qual existia financiamento aprovado e projeto elaborado. Acrescentou ainda que a intenção inicialmente manifestada de não realizar o FICO reforçou essa perceção, concluindo que, na sua opinião, as ações do Executivo não têm correspondido à importância que diz atribuir à olaria e à cerâmica do concelho. -----



O Senhor Presidente, relativamente aos prédios da D. Maria José Fragoso, considerou necessário recordar que foram despendidos cerca de 370 mil euros na sua aquisição, sem que, no seu entendimento, tivesse existido uma avaliação prévia dos custos associados ao projeto. Considerou, por isso, inadequadas as críticas formuladas sobre essa matéria. Acrescentou, relativamente ao projeto do Centro de Olaria, que nunca manifestou oposição à sua existência, nem à valorização da olaria e da cerâmica do concelho. Referiu, contudo, que a definição de prioridades na aplicação dos financiamentos comunitários obriga a uma ponderação rigorosa das necessidades do Município. Acrescentou que a localização prevista para o equipamento poderia ser discutível e que a sua concretização implicaria não apenas o investimento inicial, mas também encargos futuros de manutenção, gestão e afetação de recursos humanos. Salientou que o Município possui atualmente cerca de trinta edifícios sob sua responsabilidade, muitos dos quais necessitam de intervenções de requalificação e manutenção, tendo sido já previstas verbas para alguns desses equipamentos, nomeadamente as piscinas municipais, o cineteatro e o Paço dos Henriques. Neste contexto, considerou que, embora importante, o Centro de Olaria não constitui uma prioridade face às necessidades existentes e à capacidade financeira do Município. -----

Quanto às observações efetuadas relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, referiu tratar-se de uma questão de princípio e de perfil pessoal, entendendo que não é adequado formular críticas ou acusações a pessoas que não se encontram presentes para exercer o contraditório. Acrescentou que não pretende limitar a intervenção de qualquer vereador, mas considera legítimo expressar a sua opinião sobre a forma como determinados assuntos são abordados. -----

Relativamente à questão do espetáculo "Alentejo Encantado", esclareceu que o respetivo custo global, repartido pelos cinco municípios associados da AMCAL, representava aproximadamente 38 mil euros para cada município. Considerou tratar-se de um valor significativo para o orçamento municipal, sobretudo quando comparado com o custo do FICO, que referiu situar-se abaixo dos 30 mil euros. Informou ainda que em sede do Conselho Diretivo da AMCAL, foi decidido que as verbas anteriormente destinadas a essa iniciativa seriam canalizadas para investimentos na área da gestão de resíduos. Referiu que existem necessidades significativas ao nível de viaturas, equipamentos e recursos humanos, destacando igualmente a situação do aterro sanitário, cuja capacidade disponível se estima durar apenas mais cerca de três anos. Acrescentou que esta realidade poderá obrigar à celebração de parcerias com outras entidades gestoras de resíduos ou à construção de uma nova infraestrutura de deposição, solução que considerou difícil de concretizar no prazo disponível, atendendo aos procedimentos de projeto, licenciamento e execução necessários. Concluiu, por isso, que a AMCAL enfrentará nos próximos anos desafios significativos nesta área, exigindo investimentos relevantes e uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis. -----



A Senhora Vereadora Rute Belga em primeiro lugar, solicitou um ponto de situação sobre as azinhagas do concelho, considerando importante que fosse efetuado um balanço dos trabalhos já realizados, das intervenções atualmente em curso e das situações que permanecem por resolver. Referiu que os munícipes necessitam de informação mais concreta sobre as intervenções previstas, designadamente quais as azinhagas que serão objeto de intervenção e os respetivos prazos de execução, permitindo assim que os utilizadores dessas vias possam ter uma perspetiva mais clara sobre a resolução dos problemas existentes. -----

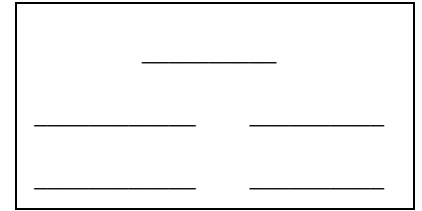
Relativamente à Azinhaga da Barca, em Viana do Alentejo, observou que foi instalada uma tubagem no local, mas que, aparentemente, a mesma não possuirá o declive necessário para assegurar o correto escoamento das águas, verificando-se a existência de água estagnada e de odores intensos semelhantes aos provenientes de fossas. Questionou se esta situação se relaciona com a rotura mencionada anteriormente pelo Senhor Presidente ou se se trata de uma ocorrência distinta, solicitando esclarecimentos adicionais sobre o problema identificado e sobre as medidas previstas para a sua resolução. -----

De seguida, abordou a questão da Festa da Primavera, referindo não ter ficado totalmente esclarecida com a resposta anteriormente prestada pela Senhora Vereadora Ana Milhano. Questionou se, apesar das reuniões realizadas com a Junta de Freguesia e com as associações locais, a Junta de Freguesia de Aguiar tem ou não conhecimento do programa da festa da sua freguesia. -----

Por último, solicitou um ponto de situação relativamente ao processo do Quartel da GNR. -----

O Senhor Presidente informou, relativamente ao processo do Quartel da GNR, que ainda não tinha sido possível reunir toda a documentação necessária para submissão ao Tribunal de Contas, encontrando-se os serviços a trabalhar nesse processo, pelo que o ponto de situação se mantém inalterado. -----

Quanto às azinhagas do concelho, referiu que, sem prejuízo de um esclarecimento mais detalhado numa próxima reunião por parte do Senhor Vice-Presidente, que tem acompanhado o processo de forma mais próxima, foram já identificados cerca de 78 quilómetros de azinhagas que necessitam de requalificação. Esclareceu que o Município se encontra atualmente em fase de adjudicação de uma empreitada destinada à requalificação de parte desses caminhos, intervenção que abrangerá as três freguesias do concelho, de acordo com as prioridades previamente identificadas pelos serviços municipais. Referiu que o encarregado responsável já procedeu ao levantamento das situações mais problemáticas, nomeadamente das vias que apresentam maiores dificuldades de acesso para os munícipes. Informou ainda que os trabalhos terão início após a assinatura do respetivo contrato e que o objetivo passa por criar condições que permitam posteriormente uma manutenção mais eficaz por parte dos serviços municipais, através da execução de valas de drenagem, regularização e nivelamento dos terrenos e aplicação de materiais adequados, designadamente tout-venant e saibro, de forma a melhorar as condições de circulação e evitar situações



de acumulação de água e degradação dos caminhos. Acrescentou que a intervenção será realizada de forma faseada, prevendo-se a execução de uma fase durante o corrente ano e de novas fases nos anos seguintes, com o objetivo de, ao longo do mandato, proceder à requalificação da totalidade dos 78 quilómetros identificados. -----

Relativamente à situação da Azinhaga da Barca, esclareceu que o problema existente não resulta de qualquer deficiência ao nível da inclinação ou do escoamento da tubagem, mas sim do abatimento da mesma. Explicou que a tubagem em PVC, devido à profundidade a que se encontra instalada e ao peso das terras envolventes, sofreu uma deformação que reduziu a sua secção útil, dificultando o escoamento normal dos efluentes. Informou que os serviços municipais já identificaram a origem da anomalia e se encontram a desenvolver os trabalhos necessários para a sua resolução. Acrescentou que, de acordo com a informação técnica disponível, a inclinação da infraestrutura encontra-se corretamente executada, sendo o problema exclusivamente causado pelo abatimento da tubagem, situação que tem provocado o deficiente escoamento e os odores atualmente verificados no local. -----

A Senhora Vereadora Ana Milhano esclareceu que, na reunião anteriormente realizada com a Junta de Freguesia de Aguiar e as associações locais, foi delineado o esboço inicial do programa da Festa da Primavera. Referiu que nessa ocasião foram definidas as atividades habitualmente promovidas por cada entidade e recolhidos os contributos das associações interessadas em participar no evento. Acrescentou que não foi posteriormente realizada qualquer reunião específica para dar conhecimento da programação dos concertos, uma vez que essa componente do programa se encontrava ainda em fase de negociação. - O Senhor Presidente referiu que, caso tal seja considerado pertinente, o Executivo poderia assumir o compromisso de dar conhecimento prévio do programa da Festa da Primavera à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar antes da sua divulgação pública. -----

O Senhor Vereador Rui Moisés iniciou a sua intervenção referindo que, embora seja habitual o Município assinalar os aniversários das instituições do concelho, a Vereação do Chega considera igualmente importante associar-se a essas felicitações, endereçando os seus parabéns à Universidade Sénior Túlio Espanca, ao Grupo de Amigas Trianeras do Alentejo, à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), ao Grupo Coral Feminino Paz e Unidade de Alcáçovas e à DIA – Associação de Defesa do Idoso de Aguiar pelos respetivos aniversários. Felicitou igualmente o CAD Vianense pela conquista do título de Campeão Regional de Ténis de Mesa, o Sporting Clube de Viana do Alentejo pela vitória na Supertaça de Futsal no escalão de juniores e pela presença na final da Taça Dinis Vital de seniores, bem como o movimento de apoio criado em torno dessa final, designado “Bar do Saúl Grosso”, pela mobilização gerada junto da comunidade. Dirigiu também uma palavra de felicitação ao Grupo Motard Os Xananas pela realização de mais um Passeio de Motorizadas Antigas e da 11.ª Rota dos Licores e Sabores do Alentejo. Registou e agradeceu a visita efetuada ao concelho pelo Senhor Arcebispo de Évora e enalteceu a iniciativa das três

Juntas de Freguesia do concelho pela oferta de novo fardamento aos Bombeiros Voluntários. Associou-se ainda aos agradecimentos dirigidos pelo Senhor Presidente a todos os intervenientes na organização do Festival Internacional de Cerâmica e Olaria (FICO). -----

Relativamente à Romaria a Cavalo, felicitou a organização pela realização de mais uma edição, que, segundo as informações de que dispõe, decorreu dentro da normalidade. Destacou positivamente a instalação da tenda no recinto do Santuário, considerando-a uma mais-valia e sugeriu que, em futuras edições a Missa Campal de domingo possa realizar-se no interior da mesma garantindo melhores condições de conforto aos participantes, quer em situações de calor intenso quer em caso de condições meteorológicas adversas. Ainda sobre a Romaria a Cavalo, sugeriu que fosse divulgado um relatório de contas relativo à organização do evento permitindo esclarecer os participantes sobre a aplicação das verbas cobradas, reforçando a transparência do processo. -----

Felicitou também a Senhora Presidente da Confraria dos Doces Conventuais pela participação no evento “Doces na Praça”, realizado em Évora, onde foram promovidos os doces conventuais do concelho. -----

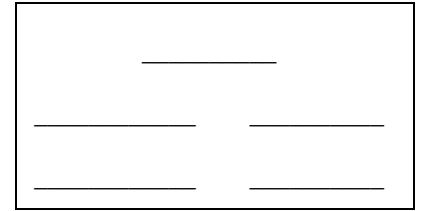
Passando a um conjunto de questões de interesse municipal, referiu que continuam por resolver algumas situações anteriormente abordadas em reuniões de Câmara, nomeadamente a organização e limpeza do estaleiro municipal, onde, segundo afirmou, continuam acumulados diversos materiais e equipamentos sem utilização aparente. -----

Chamou ainda a atenção para a problemática das colónias de gatos errantes existentes no concelho, particularmente em Viana do Alentejo, referindo as dificuldades enfrentadas pela associação que acompanha esta matéria. Considerou importante reforçar o apoio institucional e desenvolver soluções que permitam controlar a população animal, designadamente através da esterilização e de outras medidas adequadas. -----

Questionou igualmente sobre a situação dos campos de padel, que continuam encerrados, referindo que uma das infraestruturas apresenta já sinais de degradação. Solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação do processo e sobre as soluções previstas para a utilização futura daqueles equipamentos. -----

Relativamente aos trabalhos de limpeza de bermas e faixas de gestão de combustível, alertou para a existência de resíduos lenhosos resultantes de podas efetuadas na estrada entre Oriola e Viana do Alentejo os quais permanecem no local e poderão constituir risco acrescido de incêndio. Questionou ainda sobre o ponto de situação do Parque Infantil da Quinta da Joana, que continua encerrado, pretendendo saber se existe previsão para a sua reabertura. -----

Referiu também a existência de diversas situações de falta de iluminação em várias azinhagas do concelho, questionando se já foi efetuado o respetivo levantamento e quais as medidas previstas para a resolução dessas ocorrências. -----



Solicitou informação sobre a data prevista para a abertura das piscinas municipais e sobre o processo de recrutamento dos nadadores-salvadores necessários ao seu funcionamento. Por último, questionou qual o destino previsto para os contentores atualmente colocados junto à escola, perguntando se os mesmos permanecerão naquele local ou se existe intenção de lhes dar outra utilização. -----

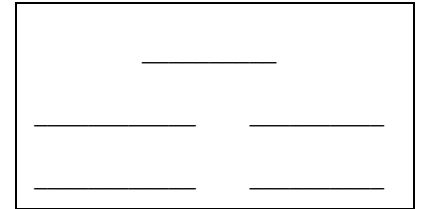
O Senhor Presidente começou por se associar às felicitações apresentadas pelo Senhor Vereador Rui Moisés, referindo que o Município costuma fazê-las diretamente junto das entidades e associações. Destacou, em particular, o Sporting Clube de Viana do Alentejo, felicitando o clube e lamentando os acontecimentos ocorridos na final da Taça Dinis Vital, considerando que a equipa terá sido prejudicada. Associou-se igualmente ao reconhecimento dirigido às juntas de freguesia pelo apoio concedido aos Bombeiros Voluntários através da oferta de novo fardamento. -----

Relativamente à Romaria a Cavalo, referiu que o assunto já havia sido debatido em reuniões anteriores. Quanto à sugestão apresentada para a realização da Missa Campal no interior da tenda instalada no recinto, considerou que a questão deveria ser analisada pela Paróquia, enquanto entidade promotora das cerimónias religiosas. Acrescentou que, na sua opinião pessoal, a celebração ao ar livre, com enquadramento do Santuário, valoriza o evento e a sua envolvente, pelo que entende que a atual localização faz sentido, sem prejuízo de a sugestão poder ser transmitida à organização. Quanto à proposta de divulgação das contas da Romaria, esclareceu que a prestação de contas compete à comissão organizadora e não à Câmara Municipal, embora considere importante a transparência na gestão financeira do evento. -----

Relativamente ao estaleiro municipal, esclareceu que os chamados “monos” recolhidos junto dos munícipes são temporariamente armazenados e posteriormente encaminhados para a AMCAL. Distinguindo estes resíduos dos resíduos de construção e demolição, referiu que estes últimos constituem um problema diferente, existindo atualmente quantidades significativas armazenadas devido a práticas adotadas no passado. Informou ainda que está em curso um processo para alienação da sucata existente no estaleiro, admitindo algum atraso na sua concretização. -----

Sobre as colónias de gatos errantes, informou que o Município mantém desde 2018 o programa CED – Capturar, Esterilizar e Devolver, através de prestação de serviços veterinários. Referiu igualmente a colaboração próxima com a Associação Trata-me Bem, agradecendo o trabalho desenvolvido pela associação, designadamente no apoio à esterilização de animais e na promoção da adoção de cães do canil municipal. Acrescentou que está a ser estudada uma forma de apoio mais estruturado à associação. -----

Relativamente aos campos de padel, reconheceu que o processo de abertura ao público tem sofrido atrasos. Informou que o Município pretende disponibilizar a gestão dos equipamentos aos clubes locais, encontrando-se ainda em fase de negociação dos respetivos protocolos. Referiu igualmente que ocorreu um incidente durante trabalhos de limpeza na Quinta da Joana, que provocou a quebra de um vidro do



equipamento, situação que terá agora de ser reparada. Quanto à limpeza de bermas e resíduos resultantes das podas, informou não ter conhecimento concreto da situação referida pelo Senhor Vereador, comprometendo-se a verificar junto dos serviços. -----

Relativamente ao Parque Infantil da Quinta da Joana, informou que o Município continua a aguardar a conclusão dos trabalhos por parte da empresa responsável, reconhecendo atrasos decorrentes de dificuldades operacionais da mesma. Sobre a iluminação nas azinhagas, esclareceu que algumas situações são da responsabilidade da E-Redes, nomeadamente na zona de Cega Gatos, tendo os serviços municipais já reportado essas ocorrências. Solicitou que sejam comunicadas outras situações para que possam igualmente ser encaminhadas. -----

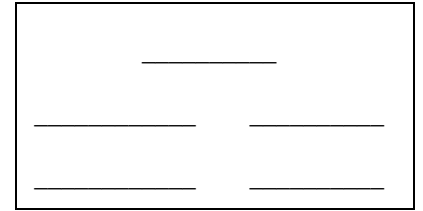
No que respeita às piscinas municipais, informou que a abertura está prevista para os dias 13 ou 20 de junho, podendo existir diferenças entre Viana do Alentejo e Alcáçovas em função dos trabalhos de manutenção em curso. Referiu que em Alcáçovas estão a decorrer intervenções de reparação nos revestimentos e tanques, enquanto em Viana do Alentejo está a ser resolvida uma perda de água. Quanto aos nadadores-salvadores, informou que o Município se encontra a desenvolver os procedimentos necessários para assegurar esse serviço. -----

Por fim, esclareceu que os contentores atualmente colocados junto à escola se destinam, futuramente, a apoiar a requalificação da Escola de Alcáçovas, no âmbito de uma candidatura ao Banco Europeu de Investimento, razão pela qual ainda não foram transferidos para outro local. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte, relativamente à questão das azinhagas e das luminárias disse que pretendia retomar um assunto anteriormente abordado, designadamente a situação da denominada Azinhaga do Carlos Gambas, em Alcáçovas. Recordou que, de acordo com a informação disponível, faltaria apenas a colocação de cinco luminárias naquele local, questionando qual o ponto de situação da intervenção e se a mesma já havia sido concluída. -----

Relativamente à linha ferroviária, referiu ter analisado a documentação enviada pelo Executivo, verificando que os esclarecimentos solicitados incidiam sobretudo sobre as datas das intervenções previstas. Contudo, salientou que a informação que lhe tem chegado aponta para a ocorrência frequente de avarias, que provocam a paragem dos comboios na linha. Nesse sentido, questionou se essa matéria também tinha sido abordada junto das entidades competentes, uma vez que não encontrou qualquer referência às referidas avarias na documentação disponibilizada. -----

Por fim, abordou a questão da deposição de resíduos de construção e demolição no estaleiro municipal. Referiu que o Senhor Presidente havia esclarecido que o Município aceita pequenas quantidades de entulho provenientes de particulares, exemplificando com pequenas obras domésticas. No entanto, transmitiu que a informação que lhe tem sido comunicada por diversos municípios é a de que não lhes é permitida a entrega de qualquer quantidade de entulho, mesmo reduzida. Considerando existir alguma



divergência entre a informação prestada e a perceção da população, solicitou que a situação fosse clarificada, de forma a que os munícipes conheçam com precisão as condições em que podem proceder à deposição deste tipo de resíduos. Acrescentou que, para quem possui apenas pequenas quantidades de entulho resultantes de intervenções domésticas, a deslocação a outras entidades gestoras de resíduos poderá constituir uma dificuldade acrescida. -----

Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que os particulares que realizem pequenas obras nas suas habitações podem depositar os respetivos resíduos de construção e demolição no ecocentro municipal.

Esclareceu, contudo, que essa possibilidade se aplica exclusivamente a pequenas intervenções domésticas realizadas por particulares. Situações diferentes, nomeadamente obras executadas por empreiteiros ou intervenções de maior dimensão, incluindo obras de requalificação sujeitas a licenciamento ou comunicação junto da Câmara Municipal, não se enquadram nesse regime. -----

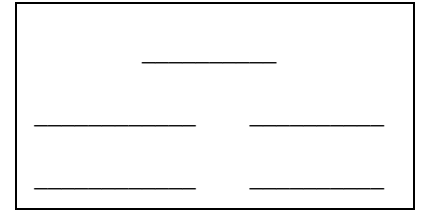
Referiu ainda que, nesses casos, os resíduos devem ser encaminhados para entidades gestoras de resíduos devidamente autorizadas, não podendo ser depositados nas instalações municipais. -----

A Senhora Vereadora Ana Milhano acrescentou que, na semana anterior, lhe havia sido solicitado um esclarecimento sobre essa matéria. Referiu que, não sendo uma área da sua responsabilidade direta, procurou obter informação junto dos serviços competentes, tendo sido esclarecida de que o Município recebe resíduos de construção e demolição provenientes de particulares até ao limite de um metro cúbico.

Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que a principal preocupação do Executivo relativamente à linha ferroviária se prende com a sua modernização. Referiu que a questão colocada à Infraestruturas de Portugal incidia especificamente sobre esse processo, uma vez que, após a concretização da modernização e da eletrificação da linha, passarão a circular outras locomotivas, deixando de existir as atuais condições de exploração. Acrescentou que foi precisamente por esse motivo que o Município formulou as questões à Infraestruturas de Portugal nos termos apresentados, não tendo sido abordada especificamente a questão das avarias. Referiu ainda que se procurou manter uma abordagem institucional e cordial na forma como os esclarecimentos foram solicitados. -----

Relativamente à Azinhaga do Carlos Gambas, em Alcáçovas, admitiu não dispor, naquele momento, de informação sobre o ponto de situação da colocação das luminárias, comprometendo-se a verificar o estado do processo junto dos serviços competentes. -----

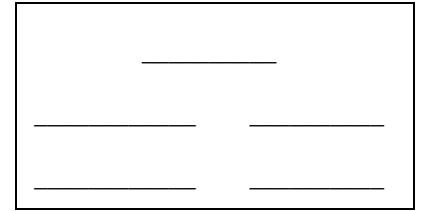
Tomou a palavra o Senhor Vereador Rui Moisés, referindo que havia sido possivelmente distribuída aos Senhores Vereadores e ao Senhor Presidente, uma moção relativa ao reforço da segurança no concelho de Viana do Alentejo. Referiu que a apresentação da moção resulta da preocupação da sua bancada relativamente às questões de segurança no concelho, considerando que esta tem vindo a ser colocada em causa nos últimos anos e, de forma mais acentuada, nos últimos meses, na sequência de algumas situações que classificou como preocupantes. Esclareceu que a moção contém um conjunto de propostas que, no



entendimento da vereação do Chega, poderão contribuir para a melhoria das condições de segurança no concelho, dentro das competências e possibilidades de intervenção do Município. Acrescentou que reconhece que a responsabilidade direta pela segurança não compete à Câmara Municipal, mas considerou que, através das medidas propostas, o Município poderá desempenhar um papel importante na promoção e reforço da segurança da população. -----

Transcreve-se de seguida a moção, a qual fica reproduzida na íntegra: -----

“ Moção - Pelo reforço da Segurança no concelho de Viana do Alentejo: O concelho de Viana do Alentejo, pela sua natureza rural, pela dispersão territorial das suas freguesias, pela existência de montes isolados, população envelhecida e recursos policiais limitados, exige uma política municipal de segurança preventiva, séria e ajustada à realidade local. A segurança não pode ser tratada apenas como matéria do Estado Central. É evidente que a competência policial pertence às forças de segurança, mas o município tem responsabilidades claras na iluminação pública, manutenção do espaço urbano, gestão do território, protecção civil, apoio às populações mais vulneráveis, articulação institucional com a GNR e criação de condições materiais que reduzam a oportunidade para a prática de crimes. A preocupação com a insegurança no concelho não é nova. Já em 2022 foi apresentada uma moção sobre a falta de segurança na freguesia de Alcáçovas, onde se referia a ocorrência de assaltos, a insuficiência de efectivos da GNR, o encerramento do posto durante parte significativa do dia e o sentimento de insegurança da população. A esta realidade junta-se o agravamento de problemas de desordem pública, como a notícia de uma rixa que resultou num esfaqueamento¹ e degradação do espaço comum, nomeadamente o depósito ilegal de resíduos na via pública. Em abril de 2026 foi noticiado o aumento do depósito ilegal de resíduos em Viana do Alentejo², levando a Câmara Municipal a reforçar a fiscalização em articulação com a GNR. A má gestão do lixo, a deposição ilegal de resíduos, os espaços degradados, a falta de iluminação e a ausência de resposta rápida às pequenas incividades não podem ser encarados como problemas menores. Pelo contrário, criam uma sensação de abandono, fragilizam a autoridade pública e transmitem a ideia de que o espaço coletivo não está devidamente cuidado nem vigiado. Também os dados distritais justificam prudência e intervenção. Segundo informação divulgada sobre o RASI 2024, o distrito de Évora registou subida da criminalidade geral e aumento expressivo da criminalidade violenta, o que reforça a necessidade de respostas locais preventivas, sobretudo em territórios de baixa densidade. Neste contexto, o Município deve assumir um papel activo, nunca substituindo o papel da GNR, mas reforçando a prevenção, a iluminação, a vigilância dos pontos críticos, a protecção dos idosos, o apoio às populações isoladas, a limpeza urbana e a articulação permanente com o Estado Central. Assim, justifica-se a apresentação de um pacote municipal de segurança adaptado à realidade de Viana do Alentejo, com medidas concretas, proporcionais e executáveis, que respondam à criminalidade, ao vandalismo, aos furtos, às burlas, à insegurança sentida pela população e à degradação do espaço público. A segurança começa também na forma como se cuida da rua, da aldeia, do largo, da entrada da vila, do caminho rural, do monte isolado e



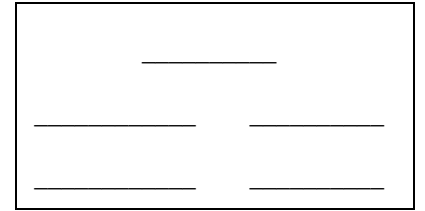
da casa do idoso que vive sozinho. Quando o poder público se demite, cresce a desordem. Onde o município intervém, previne-se o crime, protege-se a população e reforça-se a confiança nas instituições. Face ao exposto, e ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, o Vereador do CHEGA na Câmara Municipal de Viana do Alentejo recomenda:1. Mapear as zonas escuras, acessos rurais, paragens, largos, zonas escolares, cemitérios, parques e equipamentos públicos. Reforçar iluminação LED em pontos críticos. A evidência internacional demonstra que a melhoria da iluminação pública reduz a criminalidade em espaço público, com revisões sistemáticas a apontarem efeitos positivos relevantes. 2. Instalação faseada de CCTV nas entradas e saídas do concelho, zonas industriais, parques de estacionamento, espaços públicos de maior afluência e locais onde haja reincidência de furtos e vandalismo, sempre em articulação com a GNR e o MAI, respeitando o enquadramento legal. Acreditamos que a videovigilância apresenta melhores resultados quando dirigida a locais concretos e numa estratégia integrada com resposta policial. 3. Criar o programa «Vizinho-Atento», consistindo numa rede voluntária de moradores, comerciantes e agricultores que servissem de ponte para comunicação rápida de situações suspeitas à GNR e ao município, reforçando a vigilância informal em zonas de baixa densidade populacional. 4. Ao Abrigo das utilidades do Cartão de Reformado, Pensionista e Idoso, criar apoios municipais para instalação de fechaduras reforçadas, iluminação automática, sensores de movimento e botões de emergência em habitações de idosos isolados ou vulneráveis. 5. Fomentar a existência de uma rede local de alerta entre agricultores, comerciantes, GNR, juntas de freguesia e município: sinalização de furtos, identificação de rotas vulneráveis, apoio à marcação de equipamentos e sessões regulares de prevenção e sensibilização.» -----

O Senhor Presidente começou por referir que, na sua opinião, a moção revelava um desconhecimento da realidade local, considerando que teria sido elaborada por alguém que não vive no concelho. Salientou que o próprio documento indicava ter sido produzido em Lisboa, datado de 11 de maio de 2026, entendendo por isso que não refletia a realidade vivida no território municipal. -----

Relativamente à política municipal de segurança, esclareceu que a segurança não constitui uma competência direta do Município, embora este deva contribuir para a sua promoção. Considerou, contudo, que a moção apresentada colocava em causa o trabalho desenvolvido pela GNR, o qual classificou como positivo, sublinhando a boa articulação existente entre esta força de segurança e a Câmara Municipal, não apenas no presente mandato, mas ao longo dos anos. -----

Quanto à referência constante ao alegado agravamento dos problemas de desordem pública, afirmou não concordar com essa caracterização, salientando que o concelho de Viana do Alentejo é composto, na sua grande maioria, por uma população ordeira, cordial e respeitadora, sendo os episódios de conflito ou desacato meramente pontuais e sem correspondência com a situação descrita no documento. -----

No que respeita à questão dos depósitos ilegais de resíduos, reconheceu a existência de situações dessa natureza, mas considerou que as mesmas não configuram um problema de segurança pública. Entendeu



antes que cabe ao Município desenvolver ações de sensibilização e educação junto da população, promovendo boas práticas de deposição e gestão de resíduos. -----

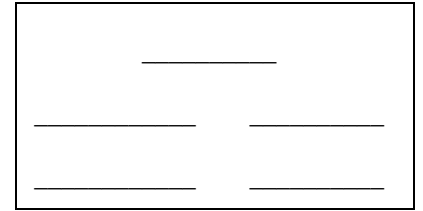
Referindo-se aos dados estatísticos utilizados na moção, observou que tinham sido utilizados elementos do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2024 relativos ao distrito de Évora, questionando a razão pela qual não foram considerados os dados mais recentes de 2025 nem a realidade específica do concelho de Viana do Alentejo. Informou que, de acordo com os dados disponíveis para o Alentejo Central, o concelho de Viana do Alentejo registou 168 participações em 2025, face a 200 participações em 2024, verificando-se assim uma redução do número de ocorrências. Acrescentou que o concelho se encontra entre os que apresentam menor incidência de participações registadas na região, considerando que estes números demonstram uma realidade distinta daquela retratada na moção. -----

Sobre as propostas concretas apresentadas, admitiu que poderia ser equacionado o reforço da iluminação pública em alguns locais devidamente identificados, nomeadamente através da instalação de luminárias LED. Relativamente à proposta de instalação faseada de sistemas de videovigilância (CCTV), manifestou a sua discordância, considerando que tal medida não se justifica na realidade de Viana do Alentejo. Referiu que, embora possa admitir a utilização de sistemas desta natureza em contextos urbanos específicos e de maior complexidade, não entende que essa necessidade exista no concelho. Quanto à proposta de criação de um programa de “Vizinho Atento”, considerou que a mesma evoca práticas de vigilância entre cidadãos incompatíveis com os valores de confiança e proximidade que caracterizam a comunidade local. Sublinhou que os habitantes do concelho mantêm relações de confiança com os seus vizinhos e que não vê qualquer utilidade ou necessidade na implementação de uma medida dessa natureza. -----

Relativamente à proposta de apoio à instalação de fechaduras reforçadas para reformados, pensionistas e idosos, referiu que as prioridades do Município passam antes por melhorar as condições de habitabilidade e qualidade de vida da população, através de intervenções como a substituição de banheiras por bases de duche, a adaptação de cozinhas e outras melhorias habitacionais. Questionou ainda quantos casos de assaltos com invasão de propriedade e arrombamento de fechaduras ocorreram recentemente no concelho, considerando que a realidade local não justifica a medida proposta. -----

Em conclusão, considerou que a moção apresentada se encontra desajustada à realidade do concelho, não assenta nos dados mais recentes disponíveis e contribui para criar um sentimento de alarmismo injustificado em torno da segurança. Reafirmou que Viana do Alentejo continua a ser um concelho seguro, considerando que este tipo de discurso prejudica a imagem do território, cria preocupações desnecessárias junto dos munícipes e pode até ser interpretado como uma desvalorização do trabalho desenvolvido pela GNR. -----

O Senhor Vereador Rui Moisés interveio para prestar esclarecimentos relativamente à moção apresentada sobre o reforço da segurança no concelho. Começou por referir que conhece a realidade do concelho,



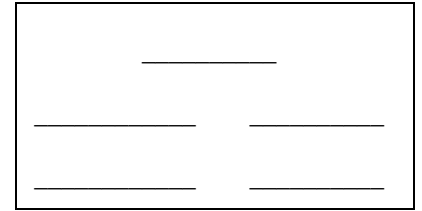
sublinhando que o mesmo não se limita às localidades urbanas, abrangendo igualmente as zonas rurais e populações que residem no campo. Esclareceu que a proposta relativa ao programa “Vizinho Atento” não se dirige aos vizinhos em contexto urbano imediato, mas sim a situações em áreas mais isoladas, nomeadamente habitações dispersas, como hortas e zonas rurais, onde podem residir apenas uma ou duas pessoas, entendendo que, nestes casos, a vigilância informal e a comunicação de movimentos estranhos às autoridades poderão contribuir para a prevenção de situações de risco. Reiterou que o concelho é globalmente seguro, reconhecendo, contudo, que já terá sido ainda mais seguro no passado, referindo que nos últimos meses ocorreram algumas situações pontuais, designadamente furtos e ocorrências envolvendo animais, incluindo situações repetidas com as mesmas vítimas, as quais não devem, na sua perspetiva, ser ignoradas. Considerou que a divulgação dessas ocorrências não constitui “má publicidade”, mas antes uma necessidade de prevenção, defendendo que as medidas propostas visam complementar o trabalho desenvolvido pela GNR, sublinhando que as forças de segurança não dispõem, por si só, de meios suficientes para assegurar todo o território. Relativamente à origem da moção, esclareceu que a mesma terá sido redigida por um vereador residente em Lisboa, sendo enviada a partir dessa localização, embora tal não invalide, no seu entendimento, o conhecimento da realidade do concelho. -----

Quanto à proposta de videovigilância, afirmou que não se pretende uma monitorização generalizada dos espaços privados ou dos vizinhos, mas sim a instalação de câmaras em zonas específicas, como áreas industriais ou locais considerados de risco, designadamente para efeitos de prevenção e combate a deposição ilegal de resíduos. -----

Defendeu que tais sistemas poderiam contribuir para a identificação de infrações, nomeadamente através da recolha de matrículas ou imagens que permitam a responsabilização dos infratores, questionando de que forma, sem esse tipo de meios, seria possível atuar eficazmente na deteção e punição de deposições ilegais, muitas das quais poderão ser realizadas por pessoas externas ao concelho. -----

Concluiu afirmando que a intenção da moção não é criar um sistema de vigilância generalizada ou de controlo dos cidadãos, mas sim reforçar mecanismos de prevenção em zonas específicas, reiterando que as propostas apresentadas devem ser entendidas como um complemento ao trabalho das autoridades policiais. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte interveio, afirmando a necessidade de coerência com as posições anteriormente assumidas ao longo do seu mandato. Referiu que o concelho de Viana do Alentejo é, no seu entendimento, um território pacífico, onde ocorrem crimes e assaltos apenas de forma esporádica. Sublinhou que, segundo os dados a que teve acesso enquanto autarca, o concelho apresenta baixos níveis de criminalidade, sendo dos que registam menos ocorrências no contexto regional. Manifestou a sua discordância relativamente à moção apresentada, considerando que a mesma transmite uma imagem negativa e desajustada da realidade do concelho, podendo induzir a perceção externa de que se trata de

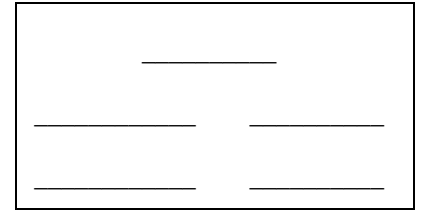


um território inseguro. Acrescentou que tal perceção poderá ser prejudicial para a imagem do município, designadamente em termos mediáticos. Relativamente à proposta de instalação de sistemas de videovigilância, afirmou não concordar com a mesma, considerando-a excessiva para a realidade local e entendendo-a como uma potencial limitação de direitos e liberdades dos cidadãos. Referiu que tais sistemas poderão ser discutíveis em contextos urbanos de maior dimensão e pressão turística, mas não se justificam, no seu entendimento, no concelho de Viana do Alentejo. -----

Acrescentou que, no que respeita às ocorrências criminais, estas se resumem a um número muito reduzido de situações, sendo algumas de há vários anos, e que, nos últimos quatro a cinco anos, os casos registados são residuais. Reconheceu a existência de uma situação recente considerada grave e lamentável, mas considerou que a mesma, por si só, não justifica a adoção de um conjunto alargado de medidas de segurança como o proposto na moção, admitindo que poderão existir falhas a nível do sistema judicial, após a intervenção das autoridades policiais. No que respeita às questões relacionadas com furtos em zonas rurais e montes, reconheceu tratar-se de uma preocupação antiga e difícil de controlar, associada também à redução de efetivos da GNR e à diminuição da vigilância presencial no terreno. -----

Defendeu, ainda assim, a necessidade de reforço de meios humanos da GNR e de maior vigilância em determinados períodos, sublinhando que, embora não seja uma competência direta do Município, este deve continuar a colaborar e a articular esforços com as forças de segurança, à semelhança do que tem vindo a ser feito por anteriores e atuais executivos. Concluiu reiterando a sua discordância relativamente ao conjunto de medidas propostas na moção, considerando que as mesmas não se adequam à realidade do concelho. -----

A Senhora Vereadora Rute Belga interveio para acrescentar a sua opinião relativamente à moção em discussão referindo que, comparativamente com outros centros urbanos, considera o concelho de Viana do Alentejo um território seguro, afirmando que, no seu caso pessoal, não sente insegurança quando circula com a sua filha em espaços públicos, como parques, entendendo que essa perceção de segurança constitui um privilégio do concelho. Não obstante, defendeu que deve ser reforçada a prevenção, nomeadamente através do reforço de meios da GNR e da melhoria das suas condições de trabalho, referindo a importância da concretização do novo quartel da GNR e da pressão junto do Ministério da Administração Interna para o reforço de recursos humanos e materiais. Manifestou, contudo, reservas quanto às medidas propostas na moção, considerando que as mesmas são excessivas e podem contribuir para a criação de uma perceção de medo desproporcional face à realidade local. Alertou para o facto de a transmissão de uma imagem de insegurança poder gerar ansiedade social, em particular junto da população mais idosa, que constitui uma parte significativa dos munícipes. Considerou ainda que a apresentação deste tipo de medidas pode induzir um sentimento de alarmismo e afetar negativamente a atratividade do território, designadamente ao nível da fixação de pessoas e valorização dos recursos locais.



Concluiu defendendo que a atuação deve centrar-se na prevenção e na promoção da confiança e serenidade junto da população, sublinhando que não se deve criar uma narrativa de insegurança permanente a partir de situações pontuais, por entender que tal não corresponde à realidade do concelho e não contribui para a resolução dos problemas identificados. -----

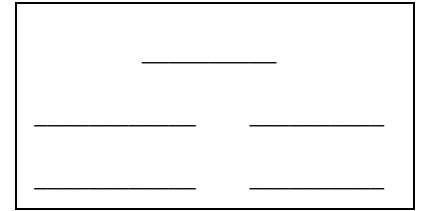
A Senhora Vereadora Ana Milhano interveio, referindo concordar com as intervenções anteriores no que respeita à questão do eventual alarmismo associado à moção em discussão. Esclareceu que, apesar de considerar que poderá ser necessário reforçar o patrulhamento da GNR, entende que esta força de segurança desempenha adequadamente a sua função no concelho, salientando o seu papel preventivo e de proximidade à população, nomeadamente junto dos mais jovens, através de ações de sensibilização e acompanhamento em contexto local. Relativamente às zonas rurais e populações residentes em montes, referiu que, no âmbito do Radar Social, foi possível aprofundar o conhecimento e o mapeamento de munícipes em situação de maior isolamento, designadamente pessoas idosas a residir em zonas dispersas do concelho. -----

Informou que, nesse contexto, o Município tem vindo a reforçar a implementação de dispositivos de teleassistência, tendo sido adquiridos novos equipamentos, já instalados em várias habitações, mediante aceitação dos próprios munícipes. Explicou que estes dispositivos permitem, através de um botão de emergência (SOS), o pedido imediato de auxílio em caso de necessidade, assegurando apoio permanente 24 horas por dia. Acrescentou que, no que respeita à proposta de “vizinho atento”, entende que, em situações de movimentos estranhos, os próprios vizinhos, sobretudo em comunidades mais próximas e conhecidas, tendem naturalmente a adotar comportamentos de vigilância informal e apoio mútuo, como já acontece na realidade local, não necessitando, no seu entendimento, de um programa formalizado para esse efeito. -----

Submetido a votação a Moção foi rejeitada com quatro votos contra por parte do Senhor Presidente, da Senhora Vereadora Ana Milhano, do Senhor Vereador Luís Duarte e da Senhora Vereadora Rute Belga e um voto favorável por parte do Senhor Vereador Rui Moisés. -----

O Senhor Presidente apresentou uma declaração de voto que se transcreve na íntegra: -----

“O Executivo em regime de permanência não se pode rever na moção apresentada pelo Chega, tal como acreditamos que os munícipes também não se revejam, uma vez que o texto não reflete a realidade do nosso Concelho. Neste sentido, não nos revemos pelo seguinte: os dados do RASI no Concelho mostram um decréscimo de 200 ocorrências para 169; Somos dos Concelhos do Alentejo Central com menor incidência de participações; Sobre o “Vizinho-Atento”, ao contrário dos tempos do Estado Novo, onde a PIDE era perseguição, nós podemos continuar a confiar nos nossos vizinhos; As decisões sobre a segurança não podem nem devem ser tomadas com base em sensações e demagogias, mas sim com dados! E os que temos vão contra o que a moção apresentada. O efeito desta Moção é causar o alarmismo e a desconfiança no



Concelho, o que não corresponde à realidade. O bom trabalho da GNR no Concelho é completamente desvalorizado e colocado em causa, o que não reflete a realidade. Portanto, claramente, esta moção é escrita pelo Vereador Rui Cardoso, enquanto alguém que não vive nem conhece a nossa realidade. O Executivo PS, deixa sim os compromissos que consideramos importantes para a Segurança no Concelho: criar o Conselho Municipal de Segurança; continuar com a estreita colaboração com a GNR, através dos seus militares; reivindicar mais efetivos para a GNR de Viana do Alentejo e melhores condições para os seus serviços;” -----

O Senhor Presidente entrou em seguida no período da ordem do dia: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ponto dois) Proposta de aprovação da Ata relativa à reunião ordinária de 24 de setembro de 2025; -----

Com o voto favorável do Senhor Vereador Luís Duarte, foi aprovada a Ata relativa à reunião ordinária de 24 de setembro de 2025. Não votaram o Senhor Presidente, a Senhora Vereadora Ana Milhano, a Senhora Vereadora Rute Belga e o Senhor Vereador Rui Moisés por não se encontrarem presentes na reunião a que a ata se refere. -----

Ponto três) Proposta de aprovação da Ata relativa à reunião ordinária de 29 de dezembro de 2025; -----

Com três votos favoráveis, foi aprovada a Ata relativa à reunião ordinária de 29 de dezembro de 2025. Não votaram a Senhora Vereadora Ana Milhano e a Senhora vereadora Rute Belga por não se encontrarem presentes na reunião a que a ata se refere. -----

Ponto quatro) Proposta de aprovação da Ata relativa à reunião ordinária de 20 de abril de 2026; -----

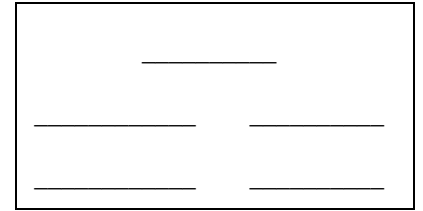
Com três votos favoráveis, foi aprovada a Ata relativa à reunião ordinária de 20 de abril de 2026. Não votaram a Senhora Vereadora Ana Milhano e o Senhor Vereador Rui Moisés por não se encontrarem presentes na reunião a que a ata se refere. -----

Ponto cinco) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----

Foi tomado conhecimento da Atividade da Câmara no período compreendido entre os dias 29 de abril e 12 de maio de 2026. -----

Ponto seis) Proposta de aprovação da 9ª alteração orçamental, que integra a 8ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 6ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos e a 4ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----

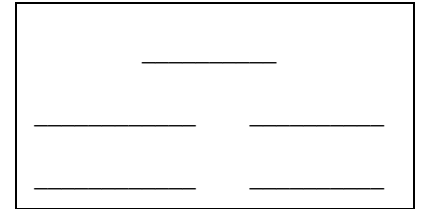
O Senhor Vereador Luís Duarte referiu que a alteração orçamental em análise demonstra, no seu entendimento, alguma falta de planeamento por parte do executivo. Salientou que esta correspondia já à 9.ª alteração orçamental em seis meses de mandato, chamando a atenção para o facto de existirem alterações de valores reduzidos, como 180 euros, situação que considerou mais habitual no final do ano,



quando se realizam ajustes finais de verbas. Referiu ainda que, apesar de o anterior executivo também apresentar alterações orçamentais frequentes, tal acontecia num contexto em que o orçamento não se encontrava aprovado, ao contrário da situação atual, em que o executivo teve tempo suficiente para preparar o orçamento, tendo o mesmo sido viabilizado pela oposição. Acrescentou que compreende as habituais transferências de verbas entre rubricas, considerando-as normais em determinadas atividades, mas manifestou estranheza relativamente à retirada de cerca de 57 mil euros da rubrica destinada a “alcatroamentos, arruamentos, caminhos municipais e outras estradas municipais”. Nesse sentido, questionou o Senhor Presidente sobre o motivo da retirada dessa verba, considerando contraditório reduzir investimento numa área cuja necessidade de intervenção tem sido frequentemente reconhecida pelo próprio executivo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que considerava necessário “alguma coragem” para criticar a existência de uma nona alteração orçamental em seis meses, salientando que, mesmo que o atual Executivo viesse a realizar dezoito alterações num ano, esse número continuaria inferior ao efetuado pelo anterior Executivo no mandato anterior. Acrescentou que as alterações orçamentais constituem procedimentos normais de gestão municipal, resultando frequentemente de necessidades identificadas apenas no decurso da execução orçamental. Defendeu, contudo, que o orçamento municipal se encontrava bem elaborado, recordando que o mesmo foi preparado no menor espaço de tempo de que tinha memória desde que acompanha a Câmara Municipal de Viana do Alentejo, em virtude das eleições autárquicas terem ocorrido mais tarde do que habitual. Referiu ainda que, apesar do reduzido prazo disponível, o Executivo conseguiu elaborar o orçamento dentro dos prazos legais e assegurar o cumprimento do direito da oposição. Relativamente à redução da verba na rubrica destinada a “Alcatroamentos, Arruamentos, Caminhos Municipais e Outras Estradas Municipais”, esclareceu que os cerca de 57 mil euros em causa decorrem, em parte, da necessidade de assegurar intervenções relacionadas com passagens hidráulicas em azinhagas, no âmbito de trabalhos associados à colocação de tubo corrugado, tendo sido necessária uma alteração de rubrica para acomodar essas despesas. Esclareceu ainda que cerca de 25 mil euros da verba transferida resultam da necessidade de proceder à reparação de uma viatura municipal cuja avaria implicou custos elevados e imprevistos à data da elaboração do orçamento. Acrescentou que os trabalhos nas azinhagas já se encontram em fase de contratação de serviços externos, estando o Executivo já na posse de estimativas de custos para essas intervenções, existindo alguma margem financeira para futuras fases de trabalhos, embora insuficiente para responder a todas as necessidades identificadas. Concluiu referindo que as restantes alterações constantes da proposta correspondem a ajustamentos correntes de natureza orçamental. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte referiu que tinha sido amplamente discutida a necessidade de contenção financeira, nomeadamente no que respeita à realização de eventos como o FICO e a Mostra da Doçaria,



justificando-se essa opção com a necessidade de canalizar recursos financeiros para a melhoria das estradas e caminhos do Concelho. Neste contexto, questionou o facto de agora ser retirada verba da rubrica destinada a estradas e arruamentos para suportar a reparação de uma viatura municipal, perguntando se não existiriam outras rubricas orçamentais de onde pudesse ser retirada essa verba, sem comprometer os investimentos previstos na área da rede viária municipal. -----

O Senhor Presidente respondeu que o Município não dispõe, neste momento, de folga orçamental, situação que afirmou já ter referido em diversas reuniões. Explicou que o atual Executivo assumiu um conjunto significativo de compromissos financeiros cuja resolução terá de ser assegurada ao longo do mandato, motivo pelo qual existe uma margem muito reduzida para acomodar despesas imprevistas. Referiu que a verba existente na rubrica das azinhagas permitia alguma disponibilidade financeira, razão pela qual os trabalhos previstos nessa área terão de ser executados de forma faseada, uma vez que não é possível realizar todas as intervenções em simultâneo. -----

Concluiu afirmando que a transferência de verba ocorreu precisamente por ser essa a rubrica onde existia capacidade orçamental para suportar a despesa adicional, acrescentando que não existiam outras rubricas com margem financeira disponível para o mesmo efeito. -----

Com 2 votos favoráveis e 3 abstenções por parte do Senhor Vereador Luís Duarte, da Senhora Vereadora Rute Belga e do Senhor Vereador Rui Moisés, a Câmara deliberou aprovar a 9ª alteração orçamental, que integra a 8ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 6ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos e a 4ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

Ponto sete) Proposta de celebração de protocolo de parceria com a ABAE, no âmbito do programa eco-escolas – ano letivo 2025/2026. -----

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade a celebração de protocolo de parceria com a ABAE - Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação, no âmbito do programa eco-escolas – ano letivo 2025/2026. -----

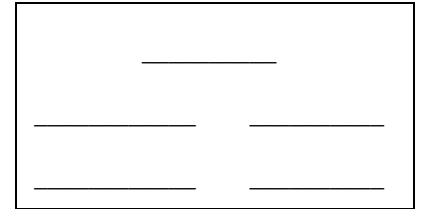
Ponto oito) Proposta de Assunção de Encargos – Aquisição de Cadernos de Atividades para Oferta aos Alunos do Ensino Básico e Secundário – Ano Letivo 2026/2027; -----

A câmara deliberou aprovar por unanimidade, a Assunção de Encargos – Aquisição de Cadernos de Atividades para Oferta aos Alunos do Ensino Básico e Secundário – Ano Letivo 2026/2027. -----

Ponto nove) Proposta de apoio, no âmbito da Oficina Domiciliária, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, a um munícipe da freguesia de Aguiar;

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar o pedido de apoio, no âmbito da Oficina Domiciliária, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, a um munícipe da freguesia de Aguiar. -----

Ponto dez) Proposta de apoio, no âmbito da Oficina Domiciliária, ao abrigo do Regulamento Municipal



de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, a um munícipe da freguesia de Alcáçovas; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade o pedido de apoio, no âmbito da Oficina Domiciliária, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, a um munícipe da freguesia de Alcáçovas. -----

Ponto onze) Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Viana do Alentejo; -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Viana do Alentejo. -----

Ponto doze) Proposta de emissão de licença especial de ruído, em nome da Associação dos Amigos Aguiarenses, para o evento “Encontro de Marchas Populares”, -----

A Câmara deliberou por unanimidade emitir a licença especial de ruído, em nome da Associação dos Amigos Aguiarenses, para o evento “Encontro de Marchas Populares”. -----

Ponto treze) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente que autorizou a emissão de Licença para instalação do “Mirene Cardinali Circus”, entre os dias 5 e 12 de maio de 2026, em Viana do Alentejo; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente que autorizou a emissão de Licença para instalação do “Mirene Cardinali Circus”, entre os dias 5 e 12 de maio de 2026, em Viana do Alentejo. -----

Ponto catorze) Proposta de transferência de verba para a Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado - Programa de Voluntariado Jovem em Cabo Verde; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a transferência de verba no montante de 2.000,00€ para a Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado - Programa de Voluntariado Jovem em Cabo Verde. -----

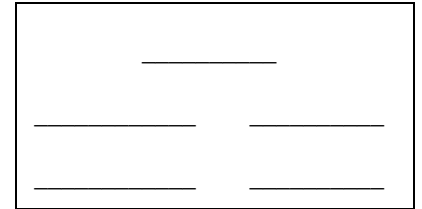
Ponto quinze) Proposta de transferência de verba para o Grupo Motard “Os Xananas” - XI Rota dos Licores; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a transferência de verba para o Grupo Motard “Os Xananas” - XI Rota dos Licores. -----

Ponto dezasseis) Proposta de transferência de verba para a Sociedade União Alcaçovense – Aquisição de fardamento para a Banda Filarmónica; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a transferência de verba no montante de 3.000,00€ para a Sociedade União Alcaçovense – Aquisição de fardamento para a Banda Filarmónica. -----

Ponto dezassete) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Feminino Cantares de Alcáçovas – Comemoração do 25º Aniversário; -----



A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a transferência de verba no montante de 400,00€ para o Grupo Coral Feminino Cantares de Alcáçovas - Comemoração do 25º Aniversário. -----

Ponto dezoito) Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense em virtude da realização do XIX Encontro de Grupos Corais promovido pelo Grupo Coral Feminino Paz e Unidade; -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a transferência de verba no montante de 400,00€ para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense em virtude da realização do XIX Encontro de Grupos Corais promovido pelo Grupo Coral Feminino Paz e Unidade. -----

Ponto dezanove) Proposta de transferência de verba para a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis- Pagamento de quota referente ao ano de 2026; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a transferência de verba no montante de 808,10€ para a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis- Pagamento de quota referente ao ano de 2026. -----

Ponto vinte) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 6, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Aguiar; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 6, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Aguiar. -----

Ponto vinte e um) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 14, referente à Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 14, referente à Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo. -----

Ponto vinte e dois) Proposta de aprovação do 2º pedido de prorrogação da Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade o 2º pedido de prorrogação do prazo da Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo. -----

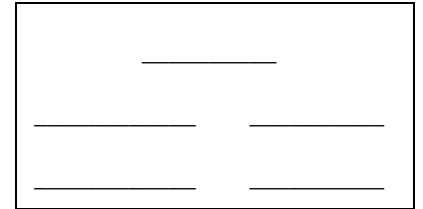
Ponto vinte e três) Proposta de aprovação de trabalhos complementares, referente à Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar os trabalhos complementares, referentes à Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo. -----

Ponto vinte e quatro) Proposta de aprovação da minuta da adenda nº 1 ao Contrato de Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo, relativa a trabalhos complementares; -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a minuta da adenda nº 1 ao Contrato de Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo, relativa a trabalhos complementares. -----

Ponto vinte e cinco) Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de



Relação Jurídica de Emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para Ocupação de um Posto de Trabalho de Técnico Superior (Engenharia Civil) -----

O Senhor Presidente referiu que esta situação constitui um dos fatores que mais condicionam o orçamento municipal, acrescentando que, por esse motivo, foi necessário adiar a entrada de alguns postos de trabalho previstos no mapa de pessoal. Salientou que o recrutamento de um engenheiro civil constitui, neste momento, uma prioridade para o Município, explicando que os serviços contam atualmente apenas com a Chefe de Divisão para assegurar funções na área da engenharia civil. Acrescentou que o encarregado existente não desempenha funções técnicas dessa natureza, razão pela qual o Município não dispõe, presentemente, de qualquer engenheiro civil em exercício de funções. Concluiu afirmando que existe necessidade urgente de reforçar os serviços técnicos municipais nessa área, justificando assim a prioridade atribuída à abertura daquele posto de trabalho. -----

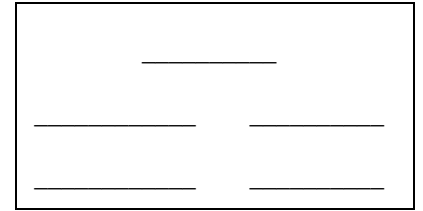
O Senhor Vereador Luís Duarte questionou o Senhor Presidente sobre a existência de outro engenheiro ao serviço do Município, procurando obter esclarecimentos adicionais relativamente à atual composição dos serviços técnicos na área da engenharia civil. -----

O Senhor Presidente esclareceu que, nos quadros do Município, não existe atualmente mais nenhum engenheiro civil. Referiu que existia anteriormente uma avença com um engenheiro civil, a qual entretanto cessou, na sequência do profissional ter aceitado outro vínculo laboral mais próximo da sua área de residência. Acrescentou que essa saída deixou o Município sem esse apoio técnico externo, o que reforça a necessidade de assegurar, com carácter prioritário, o preenchimento do posto de trabalho previsto para essa área. -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para Ocupação de um Posto de Trabalho de Técnico Superior (Engenharia Civil). -----

Ponto vinte e seis) Proposta de autorização de mobilidade interna na categoria da Técnica Superior (Organização e Gestão de Empresas) Vanda Cristina dos Santos Caeiro Viriato para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do a Alentejo, I.P.; -----

O Senhor Presidente informou que a técnica superior em causa concorreu a um procedimento concursal, tendo a sua candidatura sido aceite. Explicou que, tratando-se de uma situação de mobilidade, a Câmara Municipal terá de se pronunciar sobre a autorização da saída da trabalhadora. Contudo, referiu que é entendimento do Executivo não condicionar a saída de trabalhadores que obtenham novas oportunidades profissionais, nomeadamente quando se trata de mobilidade para outras entidades, como é o caso da CCDR Alentejo. Acrescentou que, caso a Câmara Municipal venha a deliberar favoravelmente, será intenção do Executivo autorizar a mobilidade da trabalhadora para a CCDR Alentejo. -----



O Senhor Vereador Luís Duarte referiu que acompanha a posição expressa pelo Senhor Presidente, acrescentando que, enquanto exerceu funções executivas, adotou igualmente a prática de não impedir a saída de trabalhadores que pretendessem, por iniciativa própria ou por outras razões, transitar para outras entidades. -----

Deixou ainda um agradecimento público à Dra. Vanda, destacando o desempenho das suas funções no Município de forma exemplar, referindo que a mesma contribuiu significativamente para o trabalho desenvolvido, demonstrando sempre grande atenção, disponibilidade e colaboração, não apenas com a sua área de intervenção, mas também com os restantes serviços. Manifestou ainda pesar pela sua saída, considerando-a uma mais-valia para o Município de Viana do Alentejo, e formulou votos de sucesso profissional e pessoal no novo desafio na CCDDR Alentejo. -----

O Senhor Vereador Rui Moisés associou-se aos votos de felicitações dirigidos à técnica em causa, desejando-lhe sucesso no desempenho das suas novas funções na CCDDR Alentejo. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a autorização de mobilidade interna na categoria da Técnica Superior (Organização e Gestão de Empresas) Vanda Cristina dos Santos Caeiro Viriato para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do a Alentejo, I.P. -----

Ponto vinte e sete) Proposta de Constituição das Comissões de Vistorias e de Auditorias Municipais; ----

Por unanimidade a Câmara deliberou aprovar a Constituição das Comissões de Vistorias e de Auditorias Municipais. -----

Ponto vinte e oito) Proposta de apreciação e aprovação do Relatório do Direito de Oposição – Ano de 2025; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta de Relatório do Direito de Oposição – Ano de 2025; -----

Eu, Marta Sofia Ferro Maia, A Técnica Superior, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,